

DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO PRISIONAL: O PAPEL DA ESCOLA NA VIDA DE MULHERES TRANS

HUMAN RIGHTS AND PRISON EDUCATION: THE ROLE OF SCHOOL IN THE LIVES OF TRANS WOMEN

 <https://orcid.org/0000-0002-5437-1072> Silmara Fernanda Alves do Nascimento ^A

 <https://orcid.org/0000-0002-1652-1041> Livia Sousa da Silva ^B

 <https://orcid.org/0000-0002-2591-5472> Luciano Nascimento Corsino ^C

 <https://orcid.org/0000-0001-8143-6524> Willian Lazaretti da Conceição ^D

^A Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

^B Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

^C Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, RS, Brasil

^D Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

Recebido em: 29 fev 2024 | Aceito em: 04 jul 2024

Correspondência: Silmara Fernanda Alves do Nascimento (s.fernanda.mestranda2022@gmail.com)

Resumo

Com o propósito de analisar a influência da educação escolar na vida das alunas trans e seu impacto nas experiências vivenciadas, bem como considerando as discussões pertinentes sobre identidade e diversidade de gênero da população transexual, especialmente no âmbito do currículo escolar em instituições de ensino dentro de estabelecimentos prisionais, optamos por conduzir uma Revisão Sistemática de Literatura. A partir de publicações encontradas na base de dados científica de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sob o período compreendido entre janeiro de 2018 a maio de 2023, utilizando dois descritores combinados e elencamos critérios de inclusão e exclusão, fase que antecedeu a realização das análises que teve como base a análise temática de conteúdo. A leitura dos documentos permitiu a construção de 03 categorias que foram segmentadas da seguinte maneira: a) Currículo Heteronormativo no cotidiano escolar; b) - Formação Continuada de profissionais da Educação e c) - Vivências das Transgeneridades dentro das prisões desvelando, desta forma, como a educação escolar está presente nas trajetórias de vidas das alunas trans e como esta prática social tem interferido positiva e/ou negativamente em suas experiências de vida. Diante dos achados e das lacunas, foi possível observar a relevância e carência de discussões sobre tal temática no currículo escolar e como essas questões têm impactado a vida dessas estudantes.

Palavras-chave: Educação Básica; Currículo Escolar; Estudante transexual; Educação prisional; Revisão Sistemática de Literatura.

Abstract



2024. Nascimento; Silva; Corsino; Conceição. Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

With the purpose of analyzing the influence of school education on the lives of trans students and its impact on their experiences, as well as considering pertinent discussions about gender identity and diversity of the transsexual population, especially within the scope of the school curriculum in educational institutions within prison establishments, we chose to conduct a Systematic Literature Review. Based on publications found in the scientific database of Theses and Dissertations of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), from January 2018 to May 2023, using two combined descriptors and we list inclusion criteria and exclusion, a phase that preceded the analysis, which was based on thematic content analysis. Reading the documents allowed the construction of 03 categories that were segmented as follows: a) Heteronormative Curriculum in everyday school life; b) - Continuing Training of Education professionals and c) - Experiences of Transgender people within prisons, revealing, in this way, how school education is present in the life trajectories of trans students and how this social practice has interfered positively and/or negatively in their life experiences. Given the findings and gaps, it was possible to observe the relevance and lack of discussions on this topic in the school curriculum and how these issues have impacted the lives of these students.

Keywords: Basic Education; School Curriculum; Transgender Student; Prison Education; Systematic Literature Review.

Introdução

Este texto surge como resultado de reflexões sobre as complexas questões de identidade e diversidade de gênero, com um foco particular na população transexual (trans) e a relação com o espaço escolar. As reflexões que aqui se anunciam são abordadas sob a perspectiva pedagógica do currículo escolar nas instituições de ensino localizadas em contextos de restrição e privação de liberdade, como prisões. Examina-se as contribuições trazidas pelos estudos recentes acerca da escolarização de pessoas trans em ambiente de privação, ao considerar o aspecto curricular. Posto isto, realizamos uma breve análise sobre o conceito de currículo com base em Michael Apple (2002), autor que se destaca por suas análises sobre o currículo escolar e sua relação com os variados contextos políticos, culturais e econômicos nas últimas décadas

Apesar da palavra currículo ser bem conhecida, não se tem um conceito definido, pois existem inúmeros significados, porém geralmente associam-se as seleções de conhecimentos e/ou de conteúdos, no entanto reflexões sobre quais conhecimentos devem ser considerados importantes ou válidos para estarem nas escolas são pertinentes. Logo, tomamos como referência os estudos de Michael Apple (2002):

O currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos, que de algum modo aparece nos textos e nas salas de aula de uma nação. Ele é sempre parte de uma *tradição seletiva*, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. É produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo (p. 59).

Com isso, pode se dizer que tal concepção revela os inúmeros aspectos que recaem sobre a elaboração de uma política do conhecimento oficial. Onde a decisão de definir o conhecimento legítimo de determinados grupos, como o oficial, tende a desqualificar o conhecimento dos demais grupos, mostrando desta forma quem detém o poder na sociedade. Ressaltando ainda que, por trás das organizações curriculares, há sempre uma intenção, que expressa um conflito de interesses entre aquilo que é visto dentro de uma "neutralidade", o que é visto como uma concepção privilegiada de certos grupos, e marginalizada de outros.

Embora as discussões sobre currículo mencionadas por Michael Apple remontem ao final do século XIX e início do século XX, suas afirmações ecoam na contemporaneidade, evidenciando que a definição de uma política oficial de conhecimento continua sendo um desafio complexo. Nesse sentido, percebemos que ainda enfrentamos tempos tumultuados em relação à formulação de uma política educacional consensual, pois o campo do conhecimento permanece como um terreno disputado por diferentes grupos e ideologias. Como destacado por Apple (2002), no modelo conservador de currículo, há uma perigosa incursão ideológica subjacente às justificativas educacionais para um currículo e sistema de avaliação nacionais.

Perante o exposto, acerca das influências ideológicas em torno do currículo feitas por Michael Apple, surgem várias questões sobre a singularidade do espaço prisional, que emergiu no exercício reflexivo sob uma visão mais intrínseca com os sujeitos que ali estão na condição de estudantes e suas particularidades, em especial às alunas transexuais em situação de privação e restrição de liberdades.

Com relação à metodologia utilizada, trata-se de um estudo de abordagem qualitativa com base teórica fundamentada nos conceitos trabalhados pelos autores Galvão e Ricarte (2019), que trazem a revisão sistemática de literatura como uma estratégia de pesquisa, a qual é conduzida por protocolos específicos, com a finalidade de buscar compreensões sobre a temática pesquisada e propor sentido ao conjunto de documentos selecionados, procurando identificar as lacunas relevantes em cada pesquisa, já que os autores anunciados realçam que esta estratégia apresenta, de forma minuciosa, a base e/ou as bases de dados bibliográficos consultadas, os métodos de busca utilizados e os procedimentos de seleção com os critérios de inclusão e exclusão e a análise desses estudos, especificando os achados e possíveis interrupções.

Sendo assim, realizou-se uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL) que teve como base o levantamento de dados das literaturas publicadas no período compreendido entre janeiro de 2018 a maio de 2023, tendo como justificativa para o recorte temporal a Resolução nº 01, de 19 de janeiro de 2018, que define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares, para ser feito o confronto sob as mudanças após esta resolução. A base de dados científica utilizada foi o Banco de Teses e Dissertações

da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no período de 16 de maio a 13 de junho de 2023.

Os critérios de busca, foram definidos a partir de descritores que identificassem estudos sobre estudantes trans privadas de liberdade no processo educacional escolar. Deste modo, os termos: “trans*” e “prisão” foram utilizados em língua portuguesa, com letras minúsculas, manuseando o operador booleano “and”, para auxiliar no mapeamento das publicações. Posto isto, após os primeiros filtros, foram definidos outros critérios de inclusão: Títulos que trabalham com a população trans no contexto da educação escolar dentro de prisões; Títulos que trabalham com a população trans no contexto da educação básica; Títulos que trabalham com a população trans no contexto prisional ter divulgação autorizada e documento disponível para download.

Em uma primeira busca avançada, foram encontrados 90.374 trabalhos, entre teses e dissertações. Utilizamos como critério de inclusão o recorte temporal de 2018 a 2023, tendo como justificativa a resolução 01/2018 resultando em 42.929 trabalhos. E como o foco é na Educação, selecionamos as pesquisas na área de concentração em Educação e como resultados obtivemos 1923 trabalhos.

Conforme propõem Galvão e Ricarte (2019), realizamos leituras flutuantes para a execução da seleção dos documentos, se delimitando a pesquisa de títulos, resumos e palavras-chave que demonstrassem todos ou um dos termos utilizados como descritores. Portanto, ao seguir tais orientações, foram encontrados um total de 10 documentos que foram lidos e organizados segundo uma ficha de extração de dados, o qual descreve e identifica os estudos e suas contribuições à análise. Essa ficha contém as determinadas referências: identificador, título, autores, tipo de trabalho, ano e fonte do documento (Instituição de Ensino) e atendimento aos critérios de inclusão específicos de cada questão da pesquisa. Logo, no Quadro 1 temos uma visão geral dos estudos que foram selecionados através do procedimento de extração de dados e filtragem, onde serão apresentados e discutidos de forma detalhada para uma melhor visualização às caracterizações e avaliações. Ressaltando que estes, estão relacionados por ordem alfabética dos autores.

Quadro 1 – Detalhamento dos documentos selecionados

Autor(es)	Título(s)	Ano e Tipo	Fonte
Mayanne Adriane Cardoso de Souza	Transgeneridades heteronormatividade na escola: tensões, desafios e possibilidades presentes nas relações pedagógicas.	2019 Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Educação (UEPA).
Antônio Alves de Santana	Pessoas trans na escola: experiências e resistências no contexto do agreste pernambucano.	2019 Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPE).
Fernando Guimaraes Oliveira da Silva	Vidas precárias de estudantes trans: educação, diferenças e projetos de vidas possíveis.	2019 Tese	Programa de Pós-Graduação em Educação (UEM).
Sara Laham Sonetti	Ninguém quer uma pessoa trans por perto: escolas como espaços protetivos ou reprodutivos da transfobia	2020 Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Educação (UFSCar).
Flavia Regina Goncalves Correa	Pessoas trans e vivências escolares: o atravessamento dos padrões de gênero no espaço escolar	2021 Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Educação (Univille).
Rita de Cassia Quadros da Rosa	Corpos lgbt na escola e na prisão: aparecimento, educação e potências	2022 Tese	Programa de Pós-Graduação em Educação (UNISC).

Fonte: Elaborado pelas autoras e pelos autores (2023), segundo o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Nota-se que em sua maioria, os autores e autoras das pesquisas selecionadas, possuíam dois tipos de discussões, a primeira, sobre as trajetórias de vida de pessoas transexuais no contexto escolar, debatendo a invisibilidade da população transexual no cotidiano escolar a partir de um currículo heteronormativo, destacando as causas para resistências, permanências e impactos causados durante esta trajetória e a segunda são argumentações sobre as práticas pedagógicas realizadas na escola, produzindo debates sobre a necessidade de formação inicial e continuada à profissionais da educação, com o intuito que os mesmos possam apreender um conjunto de saberes sobre a temática e assim sejam capazes de gerar ações que busquem a eliminação dos preconceitos e discriminações sofridos pelas pessoas trans. Entretanto, vale destacar, que foi encontrado também no meio das análises dos estudos citados, apenas uma pesquisa voltada para o público LGBTQIA+ na escola e nas prisões. Sendo assim, foi feito um

agrupamento desses estudos, dividindo-os em três categorias temáticas como demonstrado no quadro 2 para uma melhor visualização.

Quadro 2 – Categorias temáticas identificadas nos documentos selecionados

Categoria temática	Autor(es)
Currículo Heteronormativo no cotidiano escolar	Mayanne Adriane Cardoso De Souza
	Antônio Alves De Santana
	Fernando Guimaraes Oliveira Da Silva
	Sara Laham Sonetti
	Flavia Regina Goncalves Correa
	Rita De Cassia Quadros Da Rosa
Formação continuada dos Profissionais da Educação	Mayanne Adriane Cardoso De Souza
	Fernando Guimaraes Oliveira Da Silva
	Sara Laham Sonetti
	Flavia Regina Goncalves Correa
Vivências da Transgeneridades dentro das prisões	Rita De Cassia Quadros Da Rosa

Fonte: Elaborado pelas autoras e pelos autores (2023).

Posto isto, pode-se verificar, que os estudos desenvolvidos por Antônio Alves de Santana (2019), Fernando Guimaraes Oliveira da Silva (2019), Flavia Regina Goncalves Correa (2021), Mayanne Adriane Cardoso de Souza (2019), Sara Laham Sonetti (2020) e Rita de Cassia Quadros da Rosa (2022) em sua maioria, analisam questões de estudantes transexuais sob as concepções de um currículo escolar heteronormativo vivenciado no cotidiano escolar, no qual destacamos a categoria de “Currículo Heteronormativo no cotidiano escolar”.

Sendo que, os autores Fernando Guimaraes Oliveira da Silva (2019), Flavia Regina Goncalves Correa (2021), Mayanne Adriane Cardoso de Souza (2019) e Sara Laham Sonetti (2020) participam também da discussão sobre a necessidade de formação continuada aos profissionais da educação, com o intuito de promover uma diminuição das discriminações ocorridas no ambiente educacional, sendo assim destacamos como outra categoria a “Formação continuada dos Profissionais da Educação”.

No entanto, a pesquisa realizada por Rita de Cassia Quadros da Rosa (2022), apesar de fazer parte do agrupamento dos estudos que trazem discussões acerca de um currículo heteronormativo dentro das escolas, outrossim, revela um estudo sobre as vivências da população LGBTQIAPN+ no contexto prisional, no qual pode-se fazer o

filtro sob essas vivências realizadas pelas pessoas trans em prisões, originando desta forma a categoria “Transgeneridades dentro na educação e nas prisões”.

Currículo Heteronormativo no cotidiano escolar

Ao considerar o montante de trabalhos realizados no campo da educação podemos perceber um número muito baixo de pesquisas realizadas acerca da população transexual e conseqüentemente a respeito dos processos de escolarização desse mesmo público em contexto de privação de liberdade ou prisões. Consideramos relevante destacar que o discurso do padrão heteronormativo que percebemos na sociedade é também disseminado na escola por meio dos currículos que estão postos, o que acarreta ou colabora sobremaneira para constante marginalização e invisibilidade das pessoas trans.

Nesse sentido o pesquisador Antônio Alves de Santana (2019), que traz em sua dissertação a discussão das experiências e resistências das pessoas trans na escola, dentro do contexto do agreste pernambucano, indaga as causas que levam esses/as estudantes a abandonar a escola para além das políticas de inclusão e permanência que contemplam ou que deveriam contemplar e assegurar o direito à educação, como também as práticas de resistências em relação à luta pelo reconhecimento das identidades de travestis e transexuais no espaço escolar da rede pública estadual no município de Caruaru-PE.

Para alcançar os seus objetivos, Santana (2019) se fundamentou em autores que versam sobre estudos de gênero de orientação pós-estruturalista de cunho qualitativo, utilizou-se de uma pesquisa documental, com ênfase nos marcos legais e os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas; de entrevistas semiestruturadas com cinco (5) estudantes transgêneros devidamente matriculados/as na rede Estadual de Ensino de Caruaru, sendo dois (2) homens trans e três (3) mulheres trans e, de observação participante dos espaços escolares, de onde se originaram os seus registros do diário de campo que também foram utilizados para sua coleta de dados. Já, como técnica de análise dos dados, serviu-se da análise de conteúdo, fundamentada em Laurence Bardin.

Em sua pesquisa, Santana (2019), realça o discurso de Anna Luiza Oliveira (2011), sobre o Brasil no âmbito do Poder Executivo Federal, onde afirma que o País

tem apresentado uma posição de rompimento com padrões patriarcais e conservadores e que este é estimulado à sociedade civil por meio de campanhas que efetivam as necessidades de visibilidade da pauta do Movimento LGBT. Ressaltando ainda que, o governo federal em parceria com a sociedade civil lançou em 2004, o programa de combate à violência e à discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros – LGBT, que seria o “Brasil sem homofobia”, onde foram realizadas inúmeras ações visando a formação de profissionais da educação no campo da diversidade sexual, dos direitos de LGBT e do enfrentamento da homofobia na escola.

Com base no enunciado de Anna Luiza Oliveira (2011), o autor considera que o agreste pernambucano é permeado por discursos conservadores, patriarcais e preconceituosos, os quais têm sido construídos e reproduzidos ao longo da história da sociedade brasileira. Destaca-se que o estigma, a segregação e a discriminação emergem como instrumentos de poder que subjagam e/ou excluem social e culturalmente a população LGBT, especialmente as pessoas transexuais. Esses indivíduos enfrentam regularmente intensas formas de violência, manifestadas através de discriminações sociais e violações de direitos, sobretudo o direito à educação.

O autor também apresenta, através de sua pesquisa exploratória de mapeamento e análise de trabalhos apresentados sobre os anos de 2004 a 2017, que expuseram da 27^a a 38^a Reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) entre os anos de 2004 e 2017, para identificar as produções de trabalhos e as perspectivas relacionadas a pessoas trans, sob a problematização do enfrentamento à transfobia, no GT23 Gênero, Sexualidade e Educação, importantes estudos que manifestam perspectivas de cessar o padrão heteronormativo imposto pela sociedade, em virtude da educação escolar ser capaz de produzir conhecimentos contra o poder hegemônico mas, como sobreleva Santana (2019, p.29), “infelizmente, dentro do campo teórico das produções analisadas na ANPED deixam a desejar no que se refere o campo epistemológico dessas questões sociais e culturais na perspectiva das pessoas trans e escola”.

Dentre os artigos selecionados das reuniões da ANPED, Antônio de Santana (2019) enfatiza o texto publicado pela pesquisadora Denise da Silva Braga, que argumenta como os discursos escolares são percebidos por pessoas transexuais e como

esses discursos estão presentes nos processos da identidade dessas pessoas, pois segundo Denise Braga, a discriminação expressa a limitada capacidade de conviver com a diferença, sobretudo quando ela transparece na exterioridade da pele e, portanto, não pode ser ocultada. Em vista disso, Santana (2019), aponta em seus estudos que a escola legitima a heteronormatividade para justificar o discurso estigmatizador e segregador dos corpos diferentes.

O autor ainda ressalta, que essas discriminações se estendem aos espaços escolares, devido a forma omissa e conivente que a escola trata as inúmeras formas de violências que as pessoas trans sofrem dentro do ambiente escolar e que acabam contribuindo para a hierarquização e inferiorização social dessas pessoas, por meio, de um discurso conservador e autoritário na perspectiva da “naturalidade”, reproduzindo discursos heteronormativos, homofóbicos, lesbofóbicos e transfóbicos. Pois, como afirma Santana (2019), o não reconhecimento das identidades de gênero pelas instituições educativas, infelizmente acaba por contribuir, para com o processo perverso que culmina em invisibilizar e segregar as pessoas que apresentam identidades de gênero que foge aos padrões de normalização estabelecidos pela sociedade, deixando evidente a legitimidade da heteronormatividade pela escola sendo justificada pelo discurso estigmatizador e segregador dos corpos diferentes.

Nesse diapasão, Fernando Guimaraes Oliveira da Silva (2019) e a Mayanne Adriane Cardoso de Souza (2019), também contribuem em suas pesquisas, com as discussões acerca das pessoas trans na escola, pois segundo da Silva (2019) em sua pesquisa voltada para a temática de “Vidas precárias de estudantes trans no contexto da educação”, ressalta as diferenças e os projetos de vidas possíveis dessas pessoas, tentando reviver e aprender como as vidas trans aparecem no contexto educacional, dialoga de forma muito próxima com a temática da autora Souza (2019), que discute as transgeneridades e a heteronormatividade na escola, trazendo também consigo, as tensões, os desafios e as possibilidades presentes no ambiente escolar. Tais autores dialogam a partir de experiências preconceituosas vivenciadas por estudantes trans neste ambiente e enfatizam também o acesso e direito ao nome social.

Silva (2019), em sua tese, de abordagem pós-crítica das pesquisas em educação, organizou-se a partir do método arqueológico com ênfase no discurso para reviver

memórias de escolarização de estudantes travestis, transexuais ou transgêneros em dois locais, a saber: Microrregião de Andradina/SP, no Oeste Paulista e da Microrregião de Três Lagoas/MS, no Leste Sul matogrossense. Para a coleta dos dados, o autor utilizou de entrevista semiestruturada que foi realizada com quatro (4) pessoas transexuais, todas vinculadas a instituições educacionais, no qual foi possível acessar através das narrativas desenvolvidas, o processo de transição feminina na escola e na família, os tratamentos indesejados que ocorreram nesses espaços, as formas de reconhecimento ou não da construção de gênero feminina e as possibilidades de projetos de vidas no contexto educacional.

No entanto, para o pesquisador alcançar o objetivo de sua pesquisa, baseou-se em estudos realizados porque se refere à ideia de ‘escola tradicional’ e dialoga com autores que o auxiliam na compreensão dos aspectos que caracterizam a escola tradicional. Também se faz importante salientar, que o autor utilizou os fundamentos de Judith Butler (2011), em a *Vida Precária*, para auxiliar sua compreensão sobre a estrutura do discurso a partir da relação com o Outro, principalmente das demandas decorrentes dessa relação que é atravessada por falhas quando o “eu” ou o “Outro” precisam assumir responsabilidades.

Com isso, Fernando da Silva, segue realizando indagações sobre a importância das vidas de travestis, transexuais ou transgêneros em meio aos enquadramentos heteronormativos, gerando desta forma, reflexões sobre possíveis propostas de educação que segundo ele, podem motivar, acolher e promover sujeitos diferentes desse modelo que é apresentado a sociedade como o correto, utilizando as relações de poder que de fato produzam verdades sobre o gênero e que sejam capazes de qualificar a vida dessas pessoas. Porém, segundo o autor, tais reflexões só serão possíveis se entender, que a escola é um espaço que possui relações simbólicas, que podem ser expressas através de interações sociais e por meio de normas, no qual é necessário identificar que as rotinas rigidamente moralizantes; as práticas que compreendem seus/suas alunos/as como sujeitos passíveis no processo de escolarização; as punições para comportamentos transgressores e indisciplinados etc., são exemplos desses enquadramentos heteronormativos e que devem ser combatidos dentro e fora da escola.

Pois, vale ressaltar, que assim como o autor Antônio de Santana (2019), já mencionado, o autor Fernando da Silva (2019, p.147), acentua a intenção das escolas em disciplinar os corpos trans, “como se tivessem modelos padrões de ocupação de seu espaço e utilizam-se do gênero e da sexualidade como uma forma de controle, realizando, para tal, concessões sem sentido, como se o corpo trans estivesse fadado ao espaço da marginalidade”, –o autor critica a existência de ausências de políticas que garantam a visibilidade das pessoas trans no ambiente escolar como sujeitos de direitos, apontando ações que de fato assegurem a permanência dessas pessoas ao seu direito à educação. Pois como afirma Bento (2011):

Pessoas transexuais e travestis são expulsas de casa, não conseguem estudar, não conseguem emprego, são excluídas de todos os campos sociais, entram na justiça para solicitar a mudança do nome e do sexo; enfim, um conjunto de instituições sociais é posto em ação toda vez que alguém afirma: “não me reconheço nesse corpo, não me identifico com o gênero imposto; quero uma cirurgia corretiva do meu sexo, não suporto esses seios que me aprisionam ao destino materno; quero mudar minha identidade civil”. Essas anunciações reverberam nas instituições como sentenças proferidas por uma pessoa transtornada, sem condições de significar suas dores. (p. 549-550).

Já a autora Mayanne Adriane Cardoso de Souza (2019), traz em sua dissertação a discussão da temática “Transgeneridades e Heteronormatividade na Escola: tensões, desafios e possibilidades presentes nas relações pedagógicas”, que visa analisar a heteronormatividade nas experiências vivenciadas pelos/as estudantes transgêneros e professores/as no contexto escolar, apontando possibilidades de superação das desigualdades educacionais de gênero; Sua investigação de abordagem qualitativa, amparada na fenomenologia social de Alfred Schutz, utilizou a entrevista para coletar dados e recorreu ao Método Documentário para interpretar os dados.

Souza (2019) realizou suas entrevistas com 4 estudantes transgêneros, sendo 2 homens e 2 mulheres trans e três (3) professores cis, sendo dois (2) homens e uma (1) mulher de instituições públicas e privadas. Ao interpretar tais narrativas, foi possível identificar cinco modelos de orientação, que segundo a autora, direcionaram as ações dos sujeitos, as quais foram denominadas de: resistência; enfrentamento; dicotomia; dualidade; e pacificação, no qual a pesquisadora discute em seu texto.

Vale acentuar, que a autora, em sua explanação sobre o modelo de orientação denominado de enfrentamento, tendo como referência o preconceito, a repulsa e/ou os sentimentos negativos relatados pelos/as estudantes transgêneros e o modo como lidam

com ele, traz a heteronormatividade como elemento fundante, por ser considerado um padrão que está no centro das concepções defendidas pela escola, evidenciando sua concordância com a norma heterossexual como obrigatória e que repercute no controle e vigilância dos corpos, por meio da atenção voltada aos comportamentos e atitudes dos sujeitos, e é a partir dessas regras instauradas pela escola e as experiências em seu espaço, que a autora identifica o processo de reajustamento dos indivíduos, por meio dos termos discriminatórios, que ocorrem sob a tentativa de invisibilizar as/os que vão contra à heteronormatividade (SOUZA, 2019).

Destarte, a mesma aponta em seus estudos, que a escola é um ambiente generificado, tendo a heteronormatividade analisada a partir das experiências vivenciadas pelos/as estudantes transgêneros e professores/as no contexto escolar, apontando possibilidades de superação das desigualdades educacionais de gênero, pois, como a autora realça em sua pesquisa, que através das narrativas foi possível perceber que todos/as os/as participantes trans vivenciaram discriminação em algum momento de sua convivência no ambiente escolar, seja de forma mais evidente ou contida.

Segundo Mayanne, a diferença nas narrativas ocorreu apenas na maneira como a escola reagiu perante sua transgeneridade, porém, em determinados momentos, transcreve que as identidades dos sujeitos trans, causaram estranhamento e provocaram sentimento de tristeza, amargura e solidão a eles. Onde os entrevistados, conseguiram relatar experiências de negação de sua identidade de gênero na instituição de ensino ou acontecimentos vivenciados envolvendo agressões físicas, psicológicas e verbais que levam a diferentes reações, seja de enfrentamento ou silenciamento. Como exemplifica a atitude tomada por um dos entrevistados, que decidiu não revidar, pois foi a tentativa que encontrou para evitar divergências e confusão com os/as outros/as meninos e meninas, resultando no silenciamento/enfrentamento do que ocorria. No entanto, afirma a autora, que este silenciamento do sujeito trans, não se relaciona a adesão à heteronormatividade, pois ela continuava sendo em silêncio.

Por conseguinte, a autora acentua que por ser um campo de lutas e tensões, os/as estudantes trans enfrentaram as normas e passaram a exigir o reconhecimento de sua identidade de gênero no ambiente escolar. De acordo com as falas dos entrevistados, o preconceito e a discriminação circulavam e lhe atingiam em algum momento de sua

vivência no ambiente, realizados tanto por outros/as estudantes, quanto por professores/as e funcionários/as do local, assim como por familiares de outros/as estudantes.

Ainda sobre a dissertação da autora Mayanne Adriane Cardoso de Souza (2019), é possível verificar de forma direta as críticas cometidas sob heterossexualidade, onde tal imposição, reflete direta e negativamente na vida das pessoas que não se reconhecem conforme o modelo padrão designado. Sendo assim, a autora considera a escola como reprodutora do que a sociedade impõe e que é um ambiente que também propicia sentimentos negativos a essa população, pois em sua maioria se isenta das responsabilidades sobre os acontecimentos preconceituosos e discriminatórios que esses ou essas estudantes sofrem no ambiente escolar e que contribuem para o abandono educacional.

Desta forma, a autora Souza, possui, dentre seus estudos, análises voltadas para o currículo heteronormativo e seus conflitos, pois também utiliza das explicações de Junqueira (2012), para reafirmar que a escola reproduz os discursos e as práticas heteronormativas, a partir de suas normatizações sobre sexualidade e gênero. Afirmando desta forma, que a heteronormatividade está inserida no próprio currículo da escola.

Outro estudo relevante foi o desenvolvido por Flávia Corrêa (2021), que realizou uma pesquisa sobre “Pessoas Trans e vivências escolares: o atravessamento dos padrões de gênero no espaço escolar”, analisando como as vivências escolares de pessoas trans são impactadas e atravessadas pelos padrões de gênero no espaço escolar. A autora em destaque, dialoga sobre a presença de um currículo heteronormativo dentro das escolas, tendo também a mesma como reprodutora de imposições heteronormativas.

Porém, Corrêa enfatiza a necessidade de uma educação que respeite a diversidade e que conseqüentemente defenda uma sociedade mais igualitária, empática e inclusiva. No entanto, para que isso ocorra, a autora realça que é necessário que as políticas educacionais sejam desenvolvidas com o objetivo de legitimar os direitos de pessoas LGBTQIAPN+ no ambiente escolar, não apenas para o acesso e permanência, mas também em seus conteúdos curriculares e práticas pedagógicas, promovendo debates e informações acerca das questões de gênero e sexualidade, isto é, reflexões sobre os currículos escolares.

A autora Rita de Cassia Quadros da Rosa (2022), em sua tese nomeada por “Corpos Lgbt na escola e na prisão: aparecimento, educação e potências”, descreve tal como os demais autores, críticas às ações de privilégio ao currículo heteronormativo exercido dentro das escolas e as consequências negativas que estes causam à população Trans. Em seu documento, enfatiza que desde a consolidação da área dos Estudos de Gênero e Sexualidades se argumenta que a instituição escolar produz, reproduz e atualiza os valores e modelos que instituem como única identidade de gênero legítima, aquela que converge com o sexo designado ao nascer – cisgênero. Pois assim como a autora Souza (2019), Rosa, utiliza-se das afirmações de Rogério Junqueira (2010), para explicar e exemplificar a presença da homofobia e da transfobia no cotidiano escolar, onde o autor citado, justifica que essas presenças são reflexos dos valores praticados pela e na sociedade. Assim como realça que a homofobia pode ser encontrada na escola em variados graus, que vai desde materiais didáticos a brincadeiras dadas como inofensivas.

Para finalizar as descrições dos estudos em relação a esta categoria temática, temos a dissertação intitulada por “Ninguém quer uma pessoa trans por perto: escolas como espaços protetivos ou reprodutivos da transfobia”, realizada por Sara Laham Sonetti (2020), com o intuito de discutir a transfobia no cotidiano escolar e suas consequências na saúde mental dos/as alunos/as que não se enquadram no padrão cisheteronormativo, traz novamente a discussão sobre o currículo heteronormativo, porém sobre suas manifestações na saúde mental dos/as alunos. Onde a autora realça a dificuldade encontrada pela população transexual em permanecerem nas escolas devido as inúmeras formas de discriminação e violências enfrentadas nos ambientes escolares.

Sonetti (2020), ressalta que apesar da existência de legislações como a Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e a Resolução nº 01/2018 do MEC, que garantem o uso do nome social e de banheiro conforme o gênero que a pessoa se identifique, nas escolas públicas e privadas, ainda existe uma forte resistência aos cumprimentos desses direitos básicos, que são manifestados pelo currículo, onde a autora o conceitua como currículo oculto, que acaba promovendo a invisibilidade das pessoas trans no ambiente educacional.

Para Sonetti (2020), tal currículo é representado pelas ações de silenciamento das expressões de gênero que não seja cisnormativa, dando como exemplo as atitudes de alguns funcionários da educação a guiarem os alunos/alunas a utilizarem o banheiro referente ao sexo atribuído no nascimento ou mesmo atitudes que colocam as expressões de gênero trans como erradas, antinaturais ou pecaminosas. Assim como também enfatiza a ausência de conteúdos que abordem a diversidade de gênero no currículo oficial, causando desta forma um apagamento na temática, como se fosse algo que não existisse ou que não deveria existir, pois as possíveis atitudes de eliminação da existência de expressões de gênero trans é uma prévia da violência direcionada às pessoas que ocuparão esse lugar nas escolas, em sua essência cisheteronormativa.

Formação Continuada de profissionais da Educação

Sobre o contexto de análise sobre os documentos selecionados que discutem a temática sob pessoas transexuais no ambiente educacional, verificou-se abordagens direcionadas para a formação inicial e/ ou continuada para os profissionais da educação, com o intuito de que os/as mesmos/as possam se apropriar de mais informações e conhecimentos sobre o tema, provocando desta forma, ações de combate à discriminação e preconceitos exercidos à essas pessoas.

Nesse sentido, temos o autor Fernando Guimaraes Oliveira da Silva (2019), que em sua tese intitulada por “Vidas precárias de estudantes trans: educação, diferenças e projetos de vidas possíveis”, ressalta que no contexto educacional, os preconceitos transpassam tanto as relações entre docentes e discentes, como as de discentes e discentes, porém, enfatiza, justificando que ainda há a possibilidade de ainda encontrarmos profissionais da Educação, que por não possuírem conhecimento e/ ou reconhecimento, não instrumentalizam práticas de combate aos conteúdos heterocêntricos. Onde conseqüentemente esta falta de incentivo, pode causar decadências a projetos de vidas futuras de um determinado segmento da população.

Temos também a autora Flavia Regina Goncalves Correa (2021), que traz em sua dissertação nomeada por “Pessoas trans e vivências escolares: o atravessamento dos padrões de gênero no espaço escolar”, a necessidade de formação de professores, pois a mesma assim como os demais autores identificados nesta categoria, aponta que ainda

existam alguns professores com falta de informações sobre a temática abordada e que essa tal falta de informação pode ser um dos fatores que dificultam as vivências escolares de pessoas trans nesses espaços, já que muitos deles também são impactados por suas próprias vivências e valores.

Prosseguindo com as análises sobre as produções textuais conforme a categoria em ênfase, contamos com as percepções da autora Mayanne Adriane Cardoso de Souza (2019), que discute em sua dissertação a “Transgeneridades e Heteronormatividade na Escola: Tensões, Desafios e Possibilidades Presentes nas Relações Pedagógicas”, onde traz questionamentos de como e se as escolas debatem em salas de aula, as questões de violência e visibilidade, haja vista que ainda existem muitas pessoas imbuídas de preconceitos sejam elas alunos/as e/ou profissionais da educação contra a população em destaque, pois Souza, acredita que, se esses sujeitos estão inseridos nas escolas, estas poderiam dialogar e atender às políticas públicas da sociedade contribuindo com a inserção dos LGBTQIAPN+ no contexto escolar, promovendo e incitando desta forma o respeito à diversidade e combatendo assim, toda e qualquer forma de preconceito e discriminação presente neste ambiente. Sendo assim, a autora ressalta a importância de uma formação inicial e continuada aos professores que possibilite um aperfeiçoamento em seus conhecimentos e habilidades na realização de suas práticas docentes, colaborando para com a ampliação da qualidade da educação e nos debates educacionais.

E por fim, temos a autora Sara Laham Sonetti (2020) que em sua dissertação denominada de “Ninguém quer uma pessoa trans por perto: escolas como espaços protetivos ou reprodutivos da transfobia”, expõe de forma sucinta argumentações acerca da necessidade de profissionais capacitados a acolher situações relacionadas a conflito entre os/as alunos/as, principalmente envolvendo alunos/as trans, além de se construir uma educação para a diversidade, promovendo a diminuição da discriminação e preconceitos exercidos dentro das escolas e na sociedade como um todo.

Vivências da Transgeneridades dentro das prisões

A estratégia de busca efetuada através dos descritores “trans*” e “prisão”, manuseando o Operador Booleano *and*, nos levou até a pesquisa da autora Rosa (2022)

que detém uma tese designada de “Corpos LGBT na Escola e na Prisão: aparecimento, educação e potências”, onde a mesma foi realizada em dois espaços que foram na escola e na Cadeia Pública de Porto Alegre, conhecida como Presídio Central, com a finalidade de compreender o que acontece com os espaços hegemonicamente ocupados por pessoas cisgênero e heterossexuais quando corpos LGBT aparecem. Em outras palavras, a autora problematizou a presença de corpos LGBT em espaço que apresentam em alguns momentos diferenças e em outros semelhanças. A autora afirma que independentemente do local e de suas resistências, a presença de corpos LGBT são capazes de gerar transformações, sejam elas positivas e/ou negativas. Assim, conforme argumentado por Rosa (2022), a presença de corpos LGBT gera descontinuidades na cis-heteronormatividade, dando origem a processos de reconfiguração nos ambientes que habitam.

No percurso de seu estudo, a autora aborda vários conceitos, subsidiando as suas justificativas, como o das siglas LGBT, conceitos de gênero, sexualidade e “Cis-heteronormatividade”. No entanto, iremos utilizar dos sinônimos da transgeneridade para descrever as ideias centrais da autora, a partir de seus relatos de experiências com as pessoas transexuais dentro da prisão central.

Rosa (2022) afirma que a cis-heteronormatividade e a LGBTfobia são exercidas com mais força dentro das unidades prisionais masculinas, devido à valorização da hipermasculinidade constituída dentro dessas unidades e acatadas por demais internos homens cis-heterossexuais, onde essas ações acabam muita das vezes vetando os direitos básicos das pessoas LGBT encarceradas, em especial ao público trans, pois são dadas como alvos de inúmeras violências, sejam elas físicas, sexuais e da negação de direitos, que acabam sendo realizada com o consentimento do Estado, pois, como a autora argumenta, “se o Estado tem conhecimento sobre consequências de se expor LGBT's ao contato com outros internos, e ainda assim, autoriza tal contato, significa que é dado o consentimento à execução de tais violências” (ROSA, 2022, p.140).

Nesse diapasão, Rosa (2022) em sua pesquisa, levanta críticas diretamente sobre as atitudes do Estado por não cumprir com suas responsabilidades ao negligenciar seu papel de proteger as internas contra as violências físicas praticadas pelos demais custodiados e pelas mãos dos seus próprios funcionários. Apesar da existência de

normativas e orientações sobre o tratamento que deve ser dado a população LGBT, dentre eles o direito ao uso do nome social e identidade de gênero, que devem ser respeitados, a maioria das UP não as segue, utilizando apenas as suas próprias regras. A pesquisadora ainda segue ressaltando que o cumprimento de pena em alas comuns, mesmo em celas separadas, não é o suficiente para manter as LGBT privadas de liberdade, livres de violências, já que os demais internos se mantêm muito próximos. Em outras palavras, faz-se necessário, a separação para um ambiente específico para ser possível uma maior segurança a esta população encarcerada.

Considerações Finais

Diante dos achados e das lacunas, é possível evidenciarmos a necessidade de direcionarmos as lentes e ajustar o foco para estudos e pesquisas que versem sob este temário, diante da insuficiência dos resultados encontrados, sobretudo na região Norte do Brasil. Enquanto a academia não promover espaços necessários para a discussão direcionada à temática da transexualidade no cenário escolar, inclua o debate nos cursos de formação de professores/as, promova o acesso e a permanência de estudantes trans e ainda que promova, estaremos corroborando para que tais seres humanos, por vezes desumanizados e marginalizados, sejam forçados a ocupar cenário laboral informal e na prostituição, privando-os de justiça social, o que, por conseguinte, reverbera no índice de pessoas trans exterminadas cotidianamente no país, que ocupa, pela 14ª vez consecutiva, o 1º (primeiro) lugar no ranking de violência/homicídio a pessoas trans (BENEVIDES, 2023).

Entendermos a importância de debater tais questões com o intuito de diminuir a invisibilidade e desrespeito enfrentado por essas pessoas. Assim como ressalta o autor Santana (2019, p.141):

Compreendemos a educação como um processo social legítimo das vigências de direitos civis e políticos, consolidada muitas vezes por um currículo sociocultural que privilegia a hegemonia da ordem normativa de pensar e categorizar as identidades e diferenças muitas vezes alijando para o campo da invisibilidade os corpos abjetos, por não reconhecer suas subjetividades e diferenças. Assim perpassamos pela compreensão da educação para além das estruturas reprodutoras do poder, mas como também construção de espaços sociopolíticos e econômicos que possibilitam transformação social.

Porém, foi também possível observar nas pesquisas de vários/as autores/as a solicitação de formação inicial e continuada aos profissionais da educação, com a justificativa de que ainda se possui muitos educadores que não detêm conhecimentos sobre tal temática. E somente através de formações que será possível, por meio de práticas pedagógicas, diminuir as discriminações e preconceitos causados às pessoas trans dentro e fora da escola.

Esta relevância aumenta ainda mais quando se tenta discutir tal temática no contexto prisional, pois após filtros estabelecidos ao campo de concentração em educação, não foram encontrados estudos sobre a temática específica, tampouco relacionados a estudantes trans no contexto de educação escolar dentro de prisões. Nesse sentido, a nossa pesquisa traz a importância de se trabalhar questões acerca do universo de pessoas trans, especificamente com o campo da educação escolar dentro do contexto prisional. Assim, ao identificarmos tal importância, esta pesquisa debruça-se sobre os dilemas e desafios encontrados por estudantes transexuais que estão atualmente matriculadas na escola dentro da prisão, encaminhando problematizações acerca de quais sentidos e significados que essas alunas transexuais, que estão em situação de privação de liberdade dentro de uma unidade prisional localizada na capital do Estado do Pará, podem atribuir ao currículo escolar.

Referências

APPLE, Michael W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a idéia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. (orgs.). Currículo, Cultura e Sociedade. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2002. p.59-87.

BENEVIDES, Bruna G. Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf> Acesso em: 28 jan. 2024.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista Estudos Feministas*. [online]. 2011, vol.19, n.2, p.549-559.

BUTLER, Judith. Vida precária. *Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 1, n. 1, p. 13, 2011.

CORRÊA, Flávia Regina G. Pessoas trans e vivências escolares: o atravessamento dos padrões de gênero no espaço escolar. Orientadora: Rosânia Campos. 2021. 121p. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Educação, Universidade da Região de Joinville – Univille, Joinville-SC, 2021.

GALVÃO, Maria Cristiane B.; RICARTE, Ivan Luiz M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. *Logeion: Filosofia da Informação*, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019. DOI: 10.21728/logeion.2019 v6n1.p57-73. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>. Acesso em: 22 jul. 2023.

JUNQUEIRA, Rogério D. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. *Revista Espaço do Currículo*, [S. l.], v. 2, n. 2, 2010. DOI: 10.15687/rec.v2i2.4281. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/4281>.

JUNQUEIRA, Rogério D. A Pedagogia do Armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. *Revista Educação On-line PUC-Rio*, n.10, p.64-83, 2012.

LOURO, Guacira L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, Anna Luiza A. R. Martins. Diversidade Sexual e Escolar: reflexões sobre os discursos dos profissionais da Educação. Disponível em: <<http://www.abrapee.psc.br/xconpe/trabalhos/1/112>>.

ROSA, Rita de Cássia Q. da. Corpos Lgbt na escola e na prisão: aparecimento, educação e potências. Orientadora: Betina Hillesheim. 2022. 156p. Tese (Doutorado) – Doutorado em Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul -RS, 2022.

SANTANA, Antônio A. de. Pessoas trans na escola: experiências e resistências no contexto do agreste pernambucano. Orientador: Everaldo Fernandes da Silva. 2019. 165p. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru-PE, 2019.

SILVA, Fernando G. O. da. Vidas precárias de estudantes trans: educação, diferenças e projetos de vidas possíveis. Orientadora: Eliane Rose Maio. 2019. 171p. Tese (Doutorado) – Doutorado em Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2019.

SONETTI, Sara L. Ninguém quer uma pessoa Trans por perto: escolas como espaços protetivos ou reprodutivos da transfobia. Orientador: Marcos Roberto Vieira Garcia. 2020. 94p. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – Campus Sorocaba, Sorocaba-SP, 2020.

SOUZA, Mayanne Adriane C. de. Transgeneridades e Heteronormatividade na escola: tensões, desafios e possibilidades presentes nas relações pedagógicas. Orientadora: Lucélia de Moraes Braga Bassalo. 2019. 216p. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual do Pará, Belém-PA, 2019.